

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DOS SUL E O TRIGO

Raphael Copstein



Separata da Revista nº 136

2001 – PORTO ALEGRE – RS - BRASIL

A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL E O TRIGO

Raphael Copstein

A agricultura, no período anterior à Independência, não apresentava grande importância na vida do Rio Grande. Os açorianos, apesar do destaque que se lhe tem dado no referente às lides da terra, estiveram longe de alcançar o resultado esperados pelos responsáveis pela imigração insular. À pecuária coube absoluta preponderância na economia gaúcha.

Entre os cultivos de então, aparecia o do trigo. Quantitativamente é mais conhecido pelas estatísticas de exportação do que pelos números de produção. Ambos, os volumes obtidos e os negociados, não se destacaram por algarismos avantajados e nem, mesmo significativos. E nem poderiam, em um conjunto agrícola de importância minguada.

Da pauta de exportação, o cereal desapareceu no ano seguinte à libertação nacional. Varela (1897, p. 438), entre muitos estudiosos, afirma que *em 1823 não se plantava mais absolutamente trigo no Rio Grande do Sul*. Abreu (1923, p. 66), entre outros, repete àquela afirmação. Consequentemente, não poderia haver excedentes exportáveis.

O motivo do abandono da cultura varia conforme o gosto de cada um dos estudiosos do assunto. As causas foram analisadas em trabalho anterior (Copstein, R, 1998 p. 80 segs.)

Pretende-se a seguir abordar a triticultura gaúcha no período dado como o do seu desaparecimento, isto é, durante o regime imperial. Não é somente por isso que o período se delimita no regime político. A triticultura desses 67 anos distinguiu-se tanto da colonial como da sucessora.

Se a cultura do cereal extinguiu-se após 1822 como afirmam os autores citados, não será um paradoxo estudá-la no tempo subsequente? A pergunta contrapõe-se outra, deixou-se realmente de cultivar o trigo nos sessenta e sete anos de monarquia?

Antes, porém, um raciocínio elementar diz que entre não produzir e não comerciar uma determinada mercadoria a distância é grande. Inexistir excedentes ou consumir o todo é compreensível. Menos oferta do que exige o mercado, estimula a importação.

Inserindo-se a triticultura no conjunto agrícola provincial, a compreensão de seu desenvolvimento implica na apreciação, mesmo sucinta do todo.

As fontes informadoras, as vezes particularizando o trigo, símbolo da civilização européia, encontram-se principalmente nos Relatórios e Falas dos Presidentes da Província, nas manifestações do Legislativo onde conceitos conflitantes em discursos, por vezes aparecem. A essas, acrescentem-se relatórios de inspetores coloniais, documentos outros e bibliografia diversa. A sua utilização se fará acompanhada de transcrições pertinentes, mesmo enfadonhas, com as devidas apreciações críticas.

A quantificação do todo produzido ou do comercializado é difícil em virtude da escassez de elementos. Os poucos obtidos nem sempre são comparáveis e nem se lhes podem afixar a fidedignidade. As vezes até a fonte duvida da suas verdades. Sob a forma de farinha ou de grão há registros quantitativos que não se acanham de discordar quando as fontes diferem.

A triticultura colonial implantava-se em uma agricultura pouquíssimo desenvolvida, carente de mão-de-obra em uma sociedade onde o trabalho braçal era desprezado. A gramínea, devido principalmente à inadequação ambiental oferecia uma produção reduzida e pouco compensadora, o que não impediu a persistência do cultivo.

Em decorrência da orientação imperial, o território de São Pedro do Rio Grande do Sul recebeu apreciáveis contingentes europeus predestinados ao cultivo do solo. A superfície agrícola aumentou com o amanho de terras virgens do Vale do Sinos (1824) e da Encosta da Serra (1874) Nesse engrandecimento, o trigo buscou espaço. Com sucesso? A resposta à interrogação anterior também contemplará a esta última,

Os contingentes migratórios iniciais provieram da Alemanha do Noroeste, (1824) Hamburgo, Holstein, Mecklenburg, Hanover e após 1827 da região do médio Reno e do Mosela (Rambo, p. 82). Foram localizados principalmente no Vale do Sinos. O Litoral e Missões também os receberam. Uma parte considerável deles não era de agricultores. De um total de 42 homens imigrantes chegados entre 25 de julho e 6 de novembro de 1824, apenas doze eram lavradores (Hundert Jahre Deuschtum in Rio Grande do Sul, p. 550). *A maior parte dos colonos nem ao menos sabem cortar um pau*, escreveu José Thomaz de Lima, inspetor da colônia leopoldense, em um ofício, a respeito dos colonos levados às Missões (1825). Esses não deveriam diferenciar-se do conjunto imigrante.

Posteriormente, chegaram os italianos, camponeses de técnicas pouco evoluídas, expelidos do Vêneto e da Lombardia em virtude dos contratos leoninos impostos pelos grandes proprietários, o extremo fracionamento de uma terra de baixa fertilidade, irregularidades climáticas, aliados à alta natalidade, além de outros fatores. Reunidos contribuíam para a miséria geral e conseqüente expulsão (Azevedo, 1975, p.48).

Nos braços destes colonos, repousavam as esperanças das autoridades relativamente à produção e produtividade do solo. Diante dos escassos frutos da terra obtidos pelos pecuaristas, os governantes e seus prepostos animavam-se com as safras dos colonos. Quase ao fim do terceiro decênio do século, José Thomas de Lima, informava ao Presidente Lopes Gama o progresso dos imigrantes devido às muitas plantações com variados tipos de grãos e batatas para o seu sustento, oito *moinhos d'água para moenda de trigo, cevada & (...)* e igual número de curtumes (R.A.P.R.G.S., nº 15/16, p.231)

No vale do Sinos o trabalho agrícola dos recém-vindos iniciou-se com derrubada da floresta e queimada à moda indígena denominado por Waibel de *Rotação de Terras Primitivas* que evoluiu para o de *Rotação de Terras Melhoradas*. Avé-Lallement deixou do fenômeno esta magistral descrição ocorrida no que denominou *Serra de Hamburgo*:

Estamos à margem de um vasto campo de batalha. Centenas, milhares de troncos carbonizados jazem na inclinada encosta. Alguns ainda de pé, tostados pelo incêndio, estendem os galhos súplices, clamando a vingança do céu até que o machado se junte ao fogo que já o precedera, e o tronco ferido pelo ferro se precipite no abismo. E no meio deste caos de aniquilamento ondulam viçosos milharais e feijoais; em volta, esplêndidos laranjais; em verdejantes encostas pasta o gado e à orla da mata relincham os cavalos; ladram os cães e chega-se a uma genuína casa de colono (P.109/10).

Não foi diferente a técnica usada pelos italianos como testemunhou o imigrante Júlio Lorenzoni, em 1878 (1975, p.67):

Um espaço de terreno de uns dois hectares, já pronto, onde, em seguida, seria semeado o milho, circundado pelo bosque que mostrava, ao redor, uma larga faixa branco-acinzentada produzida pelas enormes chamas do fogo que, na sua obra de destruição, deixava marcadas as verdes frondes daquelas maravilhosas árvores que, qual espectadores, pareciam admirar o esforço colossal de nossos fortes e tenazes pioneiros.

Mesmo considerando a época, não dispôs a agricultura gaúcha, de plantadores que trouxessem inovações à atividade. O mesmo Lorenzi, relembra (p. 67/8) como plantavam em Silveira Martins em uma terra cheia de detritos não queimados totalmente.

Foi fácil, isto é, adotando o costume da terra. Armado, o plantador de um, grosso pau, praticava, no terreno, buracos da largura de uns quatro centímetros, com uns cinco de profundidade, longe um metro mais ou menos um do

outro, depositando uns três ou quatro grãos de milho (...) e com o pé, ia cobrindo-o com a terra (...)

No primeiro lustro da chegada dos germânicos, o Presidente Lopes Gama, (1830) destacou a prosperidade da agricultura e de ramos de indústria de São Leopoldo, frisando a superioridade da mão-de-obra livre sobre a escrava por ele constatada *in loco* no Vale do Sinos (in Roche, 1961 correspondência, p. 78). Houve quem atribuísse à comparação das mãos-de-obra exemplo de racismo o que, salvo melhor juízo, não procede. O pior braço livre, independentemente de competência, é mais produtivo do que o do melhor escravo.

A eclosão e a duração do movimento farroupilha paralisou a agricultura segundo Varela (op. cit. P. 440), porém a área de colonização não parece ter sido muito afetada. Continuou produzindo e apresentando excedentes. Os preços dos produtos agrícolas eram muito elevados segundo o Presidente Galvão (1847) que confiava na colonização para *fazer desaparecer este mal*. (Roche, op. cit. p. 221). Dessa época, há uma relação não quantitativa em Hillebrand, diretor da Colônia de São Leopoldo (Relatório, p. 369) onde constam os produtos obtidos no Vale do Sinos. Entre eles, o trigo, café, chá etc. Na mesma fonte há quatro tabelas (p. 481/496) reunindo todas as exportações da Colônia. Delas extraiu-se os elementos constituintes da tabela n.º 1, abrangendo os anos 1842/1845, quadriênio marcador dos primeiros vinte anos da colônia. A sua apreciação mostra um aproveitamento reduzido da indústria extrativa. Um pouco de erva-mate, - os ervais nativos, como lamentou Hillebrand (op. cit. p. 410) tiveram o mesmo destino da floresta em sua maior parte - alguma produção de madeira, pinhão, lenha e carvão. A exportação agrícola identificadora do esforço do colono, denota, pela variedade, uma certa insegurança e uma busca de rumo. Há dominância de produtos da agricultura tradicional brasileira como o feijão, milho, batatas e mandioca que na tabela n.º 1 vem transformada em farinha. Os cereais europeus comparecem com quantidades inexpressivas em relação ao conjunto. O todo, não impressionando pelo excedente, não deixou de deslumbrar as autoridades que o comparavam com a atividade agrícola da área luso-brasileira, império do gado.

Dois anos após a Paz de Ponche Verde, o Presidente Galvão, referiu-se a uma agricultura escassa na Província, aos altos preços dos produtos agrícolas, mas, pôs muita esperança na colonização alemã para *fazer desaparecer este mal*. (Roche, op. cit. p. 221).

Quase ao findar da década, o panorama da agricultura gaúcha é dado pelo Presidente Andréa como atividade abandonada por falta de exemplos e de estímulos em Rio Grande, Pelotas e outras povoações ao sul do Ibicuí. Porto Alegre favorecida pelos resultados da Colônia de São Leopoldo constituía a exceção. Na Província, havia grandes áreas sem uma árvore plantada e a pobreza da agricultura encontrava razão nas grandes propriedades, algumas, maiores do que *pequenos Estados da Alemanha*, onde vicejava uma pecuária mal cuidada. Nessas áreas, famílias pobres e errantes não encontravam abrigo. Preconizou a fixação de colonos estrangeiros nesses ermos e prêmios aos agricultores como incentivo à produção que se refletiria na prosperidade da Província.

Tabela n° 1
 Colônia de São Leopoldo
 Exportação de produtos de origem vegetal *in natura* e transformados

PRODUTO	UNIDADE	EXPORTAÇÃO ANOS				
		1842	1843	1844	1845	
Abóboras	N.º	1 200	625	518	570	
Aipim	Sc.	8	4	2	-	
Algodão	@	4	-	-	-	
Amendoim	Sc	18	11	17	2	
Arroz	Sc	17 ½	9	27	-	
Barrotes	Nº	-	-	8	-	
Batatas	Sc	3 198	4 899	8 169	4 855	
Batatas doces	Sc	2	2	15	9	
Cachaça	Pipas	53¾	7	4	16¾	
Cachaça	Barris	2	-	-	-	
Cana-de-açúcar	Dz	6	3	-	-	
Charutos	Milheiros	-	-	3	4	
Carvão	Barris	-	4 305	5 040	8 889	
Casca p/curtume	Carradas	6	-	-	-	
Cebolas	Sc	17 ½	40	2	1	
Centeio	Sc	-	-	1	-	
Cevada	Sc	65	161	87 ½	55	
Erva-mate	@	8	24	-	393	
Ervilhas	Sc	22	14 ½	5	13	
Farinha de centeio	Sc	5	75	29	12	
Farinha de mandioca	Sc	4 437	6 751	6 647	11 153	
Farinha de milho	Sc	762	1 755	1 585	596	
Feijão	Sc	2 493 ½	3 164	4 362	5 322	

Feijão Branco	Sc	-	-	-	-	12
Feijão verde/conserva	Barril	1	-	-	-	-
Fumo	@	16	10	26	44½	-
Junco	Feixe	67	-	-	-	-
Laranjas	Nº	6 800	1 800	-	-	-
Lenha em lanchão	Nº	1	-	-	-	-
Lenha	Carrada	1	-	-	-	-
Lenha	Talha	-	30	-	30	-
Lentilha	Sc	25	17½	-	16	-
Linhaça	Sc	37	34	10½	7	-
Madeira em pedaços	Nº	14	-	-	-	-
Madeira p/embarcações	Pedaços	-	-	80	-	-
Melancias	Nº	316	300	300	775	-
Milho	Sc	5 248½	5 422	11 710	8 340	-
Milho verde	Sc	-	90	-	-	-
Morangas	Nº	316	300	-	-	-
Mostarda, semente	Quarta	-	-	1½	-	-
Pepinos	Nº	50	-	-	-	-
Pêssegos	Alq.	42	-	-	-	-
Pêssegos em passas	Alq.	6	-	-	-	-
Pêssegos em passas	Sc	-	2½	9¾	9	-
Pinhão	Sc	-	-	10	16	-
Polvilho	Sc	-	6	3	7	-
Pranchões p/barcos	Dz	25½	-	-	-	-
Pranchões de grapiuna	Dz	-	16½	26	9	-
Rapaduras	Nº	550	-	-	-	-
Repolhos	Cabeças	17 933	27 160	8 050	13 585	-
Repolhos em conserva	Barris	2	4	-	-	-
Ripas de coqueiro	Dz	12	-	-	-	-
Tábuas de lei	Dz	29	6	32½	15½	-
Vinagre	Pipas	-	3	-	-	-
Vinho	Medidas	-	40	-	-	-

O descrito pela autoridade pintava a situação da lavoura nas áreas de pecuária. Para modificá-la o poder público aconselhava o exemplo a ser dado por pequenos produtores que ali deveriam ser inseridos. É difícil concordar-se com essa solução. A economia rege-se pelo maior lucro.

As informações estatísticas de produção agrícola à disposição do Presidente, deixavam a desejar. Quanto ao número de lavradores, também não eram das melhores como se constata na tabela 2, qualitativa, pouco esclarecedora e não menos confusa.

Tabela nº 2

Mapa 13 Demonstrativo das fábricas e produtos de alguns municípios da Província e suas riquezas naturais (*)(**)

Nº de lavradores

PRODUTO	PORTO ALEGRE	RIO GRANDE	PELOTAS	RIO PARDO	S. J DO NORTE	SÃO LEOPOLDO	TRIUNFO	SÃO GABRIEL	CAÇAPAVA
Feijão	S/Nº	Poucos	Alguns	Vários	Muitos	Muitos	Muitos	-	127
Mandioca	-	-	Poucos	-	oucos	-	-	-	-
Milho	Indeterminado	-	Alguns	Alguns	ários	Muitos	Muitos Ha.	-	170 +alguns
TRIGO	Peq.número	Alguns	Poucos	Poucos	lguns	Imensos	Bastantes	Muitos	127
Arroz	Mui poucos	-	Poucos	Mui poucos		Alguns	Poucos	Alguns	127
Batatas						⊗			
Cevada						⊗			
Centeio						⊗			
Linhaça						⊗			
Amendoim						⊗			

(*) Fonte: Relatório Presidente Soares Andréa, 184..

(**) Conservou-se o título da fonte. Só se coligiu o referente à agricultura.

⊗ No original, esses produtos constam na coluna São Leopoldo sem qualquer apreciação

As opiniões de Soares Andréa calaram fundo, tanto que, quase no fim da década seguinte, ao falar da agricultura, em seu relatório, Moniz Ferraz (1858, p. 21) transcreveu e confirmou parte do preconizado.

A expansão da área colonial alemã, como não poderia deixar de ser, aumentou a produção agrícola como registra o relatório do Presidente Provincial Antão Fernandes Leão. (1860, p. 57) À semelhança do comércio e da navegação, dizia, a agricultura tem feito progressos. Duas das observações chamam a atenção, o *emprego do arado e da grade para amanho a terra* e as referências ao cultivo da cana-de-açúcar. No primeiro caso, se os instrumentos significavam melhoramentos, pode-se ter uma idéia do pouco desenvolvimento da atividade agrícola existente.

Quanto à cana, suas manifestações nem sempre procedem. Destacando a produção de cachaça com aceitação em Porto Alegre e Rio Grande, lastimou a inexistência de instalações próprias para o fabrico do açúcar. A preocupação, bem intencionada, esqueceu a exigência de condições naturais apropriadas à obtenção de caldo com teor de sacarose necessário ao preparo de um açúcar apto a concorrer com os provenientes de outras províncias.

Destacou-se o aproveitamento da cana-de-açúcar, apenas para mostrar que os dirigentes, muitas vezes, apesar de boa vontade, desconheciam a realidade ambiental.

A crítica de Andréa, também, não se justifica plenamente. A importância econômica da pecuária era incomparavelmente superior a da agricultura. Ademais, os iniciadores da pecuária rio-grandense e seus herdeiros não eram agricultores. A atividade era mais extrativista do que propriamente criatória, o que, muitas vezes, não tem sido levado em conta. O sistema exigia grande extensão de terra por cabeça de rês alçada; em compensação não pedia muito esforço. A viação existente era extremamente precária. Um barco singrando os *sinus* do Sinos levava de São Leopoldo a Porto Alegre, seis horas (Hillebrand, op. cit. p. 399) o que dificultava o escoamento e encarecia a produção agrícola. Enquanto isso, o criador, cujo maior trabalho era reunir periodicamente o gado e marcar os novinhos, produzia uma mercadoria autotransportável aos locais de abate. Como se tal não bastasse, a atividade pecuária exigia pouquíssima mão-de-obra, ao contrário da agricultura, e essa não era abundante em uma população reduzida dispendo de uma superfície pouco menor do que a da Itália. Não se trata aqui de engrandecer uma pecuária atrasada, mas, simplesmente constatar uma realidade.

As tabelas números 3 e 4, sem pretenderem valores de generalidade, podem dar uma idéia de como se repartia a produção de uma área colonial.

Tabela n.º 3
São Leopoldo - 1854

PRODUTO	PRODUÇÃO sacos	EXPORTAÇÃO sacos	VALOR UNIT. saco/réis	EXPORTAÇÃO valor /réis
Batatas		17 417	3\$000	52:251\$000
Feijão	37 126	20 000	8\$000	160:000\$000
Farinha/mand.	28 062	16 000	5\$000	80:000\$000
Milho	45 000	25 000	5\$000	125:000\$000
TRIGO		375	6\$000	2:250\$000

Fonte: Hillebrand, D. - *Relatório da Câmara Municipal de São Leopoldo in R.A. P.R.G.S.Nº15/16 -1924*

Tabela n.º 4
Colônia Santa Maria da Soledade - 1860

PRODUTO Alqueire	AREA CULTIVADA Alqueire	PRODUÇÃO Alqueire	COMÉRCIO Alqueire	COMERCIO Preço/alqueire mil réis	CONSUMO Alqueire	EXCEDENTE alqueire	EXCEDENTE % produção
Batatas	821	3265	1 128	2\$000	1 126	877	26,86
Feijão	110	3 057	{ 810 511 219	{ 2\$800 3\$000 2\$200	286 - -	1 231 - -	40,27 - -
Fumo(libra)	-	1 410	820	\$160	355	235	16,67
Milho	159	18 584	{ 362 518 1514	{ 1\$280 1\$400 1\$500	7 232 - -	9 318 - -	50,13 - -
TRIGO	15	287	156	1\$600	70	51	17,77

Fonte: Relatório Presidente Fernandes Leão/Insp. Geral das Colônias - 1860

Os produtos arrolados eram os mais importantes da economia colonial daquele decênio, e esta é uma generalização que se pode fazer sem errar. O trigo compareceu com reduzida produção. Feijão e milho foram os mais rendosos tanto em relação à área cultivada (Soledade) como em resultados pecuniários. As diferenças de preço apresentadas na comercialização em Soledade (Tabela 4) relacionam-se, certamente, com a variação de época e procura. Uma parte apreciável da produção apresentou excedentes mas não há elementos que autorizem apreciar o seu destino.

Pouco menos de um decênio mais tarde, houve preocupação governamental em melhorar o conhecimento da produção. A falta de funcionários encarregados de coletar dados eram, de acordo com o relatório do Presidente Francisco de Assis Pereira Rocha, (1862, p. 77) responsável pelas *parcas informações* (...) O Poder Central manifestara-se a respeito pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, através de dois avisos, mas, em 1864, a situação não era muito melhor como se pode concluir pela tabela n° 5.

Essa tabela assinala a omissão de 13 municípios. Infelizmente não os relaciona, o que impede saber se o conteúdo reflete apenas a realidade colonial ou se é geograficamente mais abrangente. A apreciação mostra não ter se alterado qualitativamente a produção agrícola gaúcha. Continuaram destacados em volume os produtos tradicionais.

Tabela n.º 5
São Pedro do Rio Grande do Sul
Produção Agrícola 1862/1863 *

PRODUÇÃO	ALQUEIRES
Arroz	6 980
Batatas	4 314
Centeio	3 898
Ervilhas	3 943
Favas	4 936
Farinha de mandioca	76 780
Feijão	121 564
Lentilhas	60
Milho	374 507
TRIGO	46 612

*2º a fonte, exceto 13 municípios.

FONTE: Relatório do Presidente Barros Pimentel - 1864

As práticas rotineiras preocuparam o Presidente Patrício Corrêa da Câmara (Relatório 1861, p.48) que tratou e conseguiu do Governo Imperial, pelo decreto de 8 de agosto de 1861, a criação de um Instituto de Agricultura à semelhança de existentes em algumas províncias nordestinas. O Conselho Diretor e Fiscal dessa entidade, dependente de nomeação do poder criador, só se materializou em 10 de dezembro de 1861 (Pereira da Rocha, Relatório p.77). O Presidente Barros Pimentel, (1864) em seu relatório ao Legislativo, lastimava o não funcionamento do *Imperial Instituto Rio-Grandense de Agricultura* escrevendo: - e nem se pode dizer que esteja organizado, e lamentava que a idéia:

pareça estar ameaçada de morte prematura pelo indiferentismo desconhecedor das vantagens reais que de semelhante instituição deviam provir ao desenvolvimento da agricultura.

Na antevéspera da chegada dos italianos, propunha-se o Governo Central, através do Aviso datado de 22 de julho, a auxiliar a agricultura nacional através de fornecimento de sementes e importação de máquinas agrícolas indicadas pelos cultivadores, ouvidas as Câmaras Municipais. A repercussão da medida na Província foi a mais decepcionante possível. O Presidente Figueira de Mello, na Fala de 1872, registrou a divulgação da proposta através de circular as municipalidades e o resultado do proposto através das seguintes palavras:

Até o presente nenhuns agricultores se têm dirigido ao Governo Imperial, por intermédio da Presidência, e nem me consta que o tenham feito diretamente para se aproveitarem dos benefícios que o mesmo Governo deseja proporcionar-lhe.

Essa informação parece minimizar a responsabilidade governamental. Mostra uma agricultura, apesar dos freqüentes elogios recebidos, conservadora e refratária a melhoramentos. A ela contrapõe-se uma interrogação sem resposta – houve a necessária e indispensável divulgação?

A garimpagem, nas fontes, sobre o estado agrícola da Província no período fixado, mostra rara alteração quanto aos processos empregados. Revela, porém, uma ampliação na área cultivada, em consequência da localização de novas remessas de braços. Essa moderação tecnológica permite um salto no interior da cronologia possibilitando revoada a outra área aberta a uma nova colonização.

O ano de 1875 vai marcar a chegada da primeira leva dos imigrantes italianos. Estabelecidos em Dona Isabel e Conde d'Eu, entre eles predominavam camponeses. A técnica utilizada para tornar aráveis e produtivos os respectivos lotes encontrou justificativa na substituição da enxada, instrumento de trabalho conhecido, pelo pau cavador. Seria este mais expedito e evitava que os pássaros desenterrassem as sementes (Lorênzoni 1975, p.68). Explicada ou não, a terra, com o tempo sofreria as consequências.

O camponês transplantado semeava ao acaso, ignorava, inicialmente, serem as estações locais, opostas às italianas (Condes, in Costa Rovílio, 1992, p. 73). Conseguia na terra desmatada, resultados compensadores como informou Perrod, (Costa Rovílio, p 17). Colhia, cada família, em média, em Conde d'Eu (Garibaldi), em 1881, 300 sacos de milho, 150 de feijão, 25 de batatas, 50 de trigo, 12 kg. de cânhamo, 25 kg. de linho, trinta sacos de arroz, e em Dona Isabel (Bento Gonçalves) 55 sacos de milho, 10 de feijão, 40 de batatas, 20 de trigo, 30 de centeio, 10 de cevada, 2 de arroz, 60 kg de linho, 10 Hl de vinho e 50 kg de fumo.

Essa produção, evidentemente, apresentava excedentes destinados ao mercado da Capital. Chegavam através de rede precária de transportes alimentada por tarifas muito onerosas.

Os resultados obtidos pela colonização estrangeira e respectiva produção continuavam entusiasmando os políticos responsáveis pela Província. O deputado Antunes Ribas em discurso na Assembléia Provincial em 1881, proclamava:

Presentemente as nossas colônias já nos colocam na vanguarda do país; pois em província alguma do Império vê-se núcleos importantes coloniais como os nossos

Suas palavras identificam opinião generalizada.

O relatório provincial, datado de 1888, exaltando as virtudes do clima e a fertilidade dos solos, repetiu o juízo há muito aceito pelos governantes. Perguntava o seu autor, o Vice-Presidente Azambuja Villanova, por que a produção local não podia concorrer, nos centros consumidores, com os importados obtidos em condições climáticas e edáficas inferiores. Ele mesmo respondeu com a imperfeição do escoamento, faltas de crédito, de estabelecimento de instrução profissional agrícola entre outras. Justas algumas dessas razões, não omitiam o desconhecimento das situações tanto da agricultura local como, e principalmente, a dos concorrentes. Estes possuíam condições de solo e clima mais favoráveis do que as imperantes na Província e empregavam tecnologia superior.

Num contexto, onde muitas vezes os mandatários estabeleceram confrontos incompatíveis entre o pouco cultivado na Campanha - região de criação extensiva - e a agricultura das áreas de pequenas propriedades, a triticultura buscava o seu espaço.

O exame dos elementos disponíveis, nos 67 anos de Império, destacam a lembrança, de uma triticultura anterior, muito rendosa, praticada pelos açorianos, a existência de condições mesológicas não só adequados como até superiores aos dos grandes produtores de trigo, o grande interesse da autoridade no plantio do cereal e medidas governamentais destinadas a incentivar a lavoura.

A triticultura açoriana, cuja produção persistiu exagerada na memória da Província, durante o século XIX, impressionou políticos nacionais e foi transmitida a viajantes estrangeiros. Como amostras dessas reminiscências, eis algumas das abundantes manifestações publicadas.

Segundo o belga Baguet (1997, p.53) que por aqui andou em 1845,

Há cerca de trinta anos, ali [RS] cultivava-se o trigo que era exportado para países estrangeiros; (...)

A exportação para *países estrangeiros* corre por conta do provérbio popular *quem conta um conto...*

Aparteando o deputado Ubatuba, o seu colega Caldre Fião (sessão do Legislativo de 21/10/1854) assim manifestou-se:

Tantos apartes que não vêm provar nada. Tem-se plantado trigo; mas quando se mandou plantar trigo mandou-se buscar homens próprios desta lavoura; mandou-se buscar os açorianos e homens daquela parte de Portugal onde se planta trigo.

Os açorianos, como atesta a documentação, não imigraram para o Rio Grande por causa do trigo, mas, sim pela superpopulação do Arquipélago. As técnicas usadas não produziam o suficiente para o sustento do povo. Plantaram o cereal no Rio Grande porque o seu cultivo pertencia a sua bagagem agrícola.

No Relatório em que Soares Andréa passou o governo provincial, em 1850, consta

O trigo, que em outro tempo, fez a sua [da Província] prosperidade atacado da ferrugem, tem desanimado os lavradores (...)

O *outro tempo* refere-se ao do domínio português e o trigo, então, como produto rio-grandense, muito pouco fez pela prosperidade do Continente onde dominava de longe, a pecuária. O desânimo, porém, não implicou em desistência.

Hillebrand, em uma passagem do relatório que apresentou ao Governo Provincial, datado de 1854, escreveu:

É o trigo um artigo de tanta importância para esta Província (...) tanto mais que temos a prova que há cinqüenta anos mais ou menos o trigo era plantado nesta Província e cultivado com muito proveito a ponto que era um artigo importante de exportação para Portugal(...)

Quanto ao alcance da exportação para Portugal, a informação colhida por Hillebrand deve ser debitada a conta das muitas fantasias que acompanharam a trajetória histórica do cereal no Rio Grande do Sul. Foi enviado um único e pequeno volume para Lisboa em 1787. Manifestando-se sobre a remessa, o Vice-rei Dom Luiz de Vasconcelos assinalou como conseqüência o encarecimento do produto na colônia por *falta de trigos*. (Copstein, R. op. cit. p. 68)

O mais exagerado de quantos se manifestaram sobre o assunto deve ter sido o Dr. Domingos Francisco do Santos que (1894, p. 18) lembrou a dependência dos americanos ao trigo gaúcho até a eclosão da Guerra dos Farrapos. A impossibilidade de atendimento, em virtude do conflito, levou-os a tentar a cultura com o sucesso que é sabido. Ignorava o doutor, o pedido de auxílio à independência do Brasil solicitado pelo estudante José Joaquim da Maia ao embaixador americano na França, Jefferson, em 1785. A resposta fora favorável, desde que *pagassem os [revolucionários] os saldos e recebessem seu bacalhau e trigo*. (Calmon, 1944, p. 31 nota 22). E mais, em 1830, portanto antes da Revolução, entraram pelo porto do Rio Grande 27 863 barricas de farinha provenientes dos Estados Unidos. (1 barrica = 88,134 kg.) (Despachos dos Cônsules dos E. Unidos no Rio Grande do Sul, p. 103/104.

Independentemente da importância dada à contribuição do açoriano como agricultor, ele não foi o único plantador de trigo no Rio Grande. Saint Hillaire registrou o cultivos em algumas das estâncias por onde passou. O que não se pode, por falta de elementos, é avaliar a porcentagem dessa agricultura, na grande propriedade, em relação ao total do grão produzido na Capitania e menos ainda ao do grão contrabandeado. Não há porém, razão plausível para julgar terem esses "pequenos" produtores estancieiros, abandonado a triticultura da qual não deveriam ter maior dependência econômica.

Verdade fácil de constatar foi a preocupação das autoridades provinciais com o grão.

Nos fins de 1830, um lustro após a chegada dos alemães, o Presidente Lopes Gama (Roche, 1961, p. 68) ligou o crescimento de uma futura prosperidade do interior provincial à continuação dos resultados esperados pela sementeiras daquele ano. Entretanto, um mês antes, em despacho ao Marquês de Caravelas (4/09/1830) atribuiu a falta de boas sementes, como uma das causas responsáveis pela decadência da cultura (Roche, op. Cit. p. 74).

A ferrugem, flagelo da triticultura colonial continuava a prestar o seu desserviço. Para combatê-la, o O POVO, *jornal político, literário e ministerial da República Rio Grandense*, impresso em Caçapava, na edição do dia 26 de fevereiro, coluna Artigos Econômicos, transcreveu fórmulas para evitar o mal. Duas delas, empregam cal, a primeira, acompanhada de flor-de-enxofre e acetato de cobre. Na outras, a cal é misturada a ferrugem de chaminé (sic). A que não emprega cal, é baseada em sulfato de cobre dissolvido em água e acrescido em uma das fases do preparo de *bosta de boi e estrume de pombo ou de galinha*. A eficiência das fórmulas parecem ter deixado muito a desejar, a observações sobre o mal continuaram.

Na segunda metade dos anos quarenta, houve redução do tributo sobre a farinha de trigo importada (Relatório de 1847 apresentado a Assembléia, p. 31.) O ato teria desestimulado a produção nacional esperançosa de proteção tarifária. Soares Andréa em 1849, registrou *ser raro o lugar em que um ou outro semeia [trigo] para o gasto da casa*, em virtude do desânimo dos agricultores diante da ferrugem. Opinava pela dedicação de cuidados especiais às sementes para evitar o mal arrasador e a instituição de recompensa a quem conseguisse meios de eliminar os flagelos da agricultura, particularmente o do trigo (Relatório, 1849, p.10)

O sucessor de Andréa confirmou a situação por esse descrita. Nem por isso, houve desânimo governamental diante das decepções tritícolas e nem falta de iniciativa para modificar a situação reinante. A Assembléia Provincial aprovou e o Presidente sancionou a lei N.º 202 de 12 de dezembro de 1850, cujo artigo 36 referia-se especificamente a cultura da gramínea com a seguinte redação:

Ficam as Câmaras autorizadas a despender o saldo de suas contas até a quantia de 500\$000 com a aquisição de trigo estrangeiro de boa qualidade para ser distribuído por lavradores de conceito com a obrigação de o plantar e restituir igual porção, quando se realizar a colheita, para poder ser distribuído por outros lavradores

A aplicação do artigo 36, em Porto Alegre, foi imediata. Spalding (Boletim Municipal, 1941 - p.316/317) refere-se a proposta do Vereador Antônio Joaquim Mariante, aprovada na Câmara de Vereadores, em 30 de abril de 1851, para remeter quatro alqueires e uma quarta de trigo candeal, recebido da América do Norte, a fim de serem distribuídos, conforme preceituava a citada lei. Foram encarregados da repartição das sementes, em Belém, o Reverendo Vigário, em Viamão, Amâncio Gonçalves Viana, na Aldeia [dos Anjos] André Machado de Moraes Sarmiento e em Dores [do Camaquã], Patrício Vieira Rodrigues.. Em 9 de fevereiro do ano seguinte, a ata da Câmara registrava a comunicação de Gonçalves Viana sobre o fracasso da lavoura em Viamão devido à ferrugem.

A distribuição, note-se, realizou-se em parte da área onde se dizia ter o cultivo do trigo, no início do terceiro decênio do século, desaparecido. Será que se tentaria uma nova semente onde há cinquenta anos não se praticava a cultura? Não é provável.

Por essa mesma época, anunciava-se cultura do trigo na colônia de Monte Bonito, município de Pelotas, (Relatório Oliveira Bello, 1852. Pp 14) outra porção da antiga e decantada área de cultura.

A respeito da situação tritícola na área colonial o depoimento de Hillebrand (Op. cit. p.401) em 1854, traça um quadro bastante realista de São Leopoldo. Os colonos, dada a experiência acumulada, tentavam uma melhor preparação das sementes tradicionais antes de plantá-las. Cultivavam as fornecidas pelo governo na esperança de boas colheitas. Na maior parte das vezes, em vão. Tentavam em solos idênticos, lavrados da mesma maneira, com semente iguais, plantios no mesmo dia, em terrenos pouco distantes (os afastamentos variavam entre 200 ou trezentas braças - 440 a 660 metros), com resultados opostos. Obtinham compensações satisfatórias em umas lavouras e nada colhiam em outras. A doença denominada ferrugem continuava fazendo das suas, desanimando os plantadores. As variedades distribuídas através da Diretoria Geral das Colônias deveriam constar no mapa n.º onze do relatório de 1854 conforme o autor, (op. cit. p. 402) mas tanto na Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, onde foi publicado, como no original existente no Arquivo Histórico do Estado, o mapa citado refere-se à população evangélica de Três Forquilhas.

Hillebrand (op. cit p. 411) relata distribuição de sementes pelo poder público *chegadas muito fora de tempo ou em época imprópria para a plantação* - como se vê, nada de novo - e menciona melhores resultados quando o plantio foi efetuado em época certa, inclusive de trigo espelta que chegou a *nascer* mas sofreu os efeitos da ferrugem.

Confirma-se a desídia governamental no relatório de 1857, (p. 64). Quando foi aprovada a lei do orçamento, aproximava-se a época do plantio do trigo. No parágrafo 90 da sessão 18, estava programada a compra de sementes de trigo nos Estados Unidos e no Uruguai. Destinavam-se aos agricultores de Piratini que as receberiam pelo custo. Como não houvesse possibilidade de chegarem a tempo Corrêa da Câmara, vice-presidente que assinou o relatório, encomendou na Alemanha 60 alqueires de dois tipos de sementes e pretendeu conveniente ampliar a distribuição para agricultores de outros municípios.

A tabela n.º 6, extraída do Relatório Ferraz (1858, p. 21), reorganizada em ordem decrescente de produção e acrescida de uma coluna com equivalência em quilogramas,

engloba apenas treze dos municípios, os únicos que enviaram dados. Os elementos apresentados são muito interessantes, não apenas pelas reduzidas quantidades de grãos colhidos, mas, também, pela relação das áreas produtoras. Das constantes, seis apareceram na tabela das localidades produtoras do cereal no ano 1780, (Copstein, R. op. cit p. 61) e nove tiveram o povoamento iniciado no século XVIII. o que, salvo melhor juízo, permite, mais uma vez, duvidar da repisada afirmativa do sumiço da triticultura na primitiva área de cultivo. A tabela parece confirmar ter sido conservada a tradição embora sofrendo os efeitos da ferrugem.

É essencial, porém, que se tenha em conta a existência de providências do Governo Central incentivando a cultura. Essas se consubstanciaram na remessa de sementes e no artigo 29, parágrafo 14, da lei n.º 939 de 26 de setembro de 1857 que concedia prêmios aos lavradores.

Tabela n.º 6
Produção de trigo - 1858 **

MUNICÍPIO	ALQUEIRE	Kg*
Encruzilhada	12 585	3 39 795
Santo Antônio da Patrulha	10 833	292 491
Canguçu	8 990	242 730
Piratiní	8 662	233 874
Santana do Livramento	6 000	162 000
Taquari	5 474	147 798
Rio Grande	5 414	146 178
Porto Alegre	4 138	111 726
São Borja	2 000	54 000
Camaquã	1 200	32 400
São Leopoldo	750	20 250
Conceição do Arroio	701	18 927
Sta. Maria da Boca do Monte	224	6 048
TOTAL		1 808 217

*Conversão: 1 alq. = 27 Kg.

** Fonte: Relatório do Presidente Ângelo M. S. Ferraz

A *pequena porção* de trigo procedente de Jerez de la Fronteira (Espanha), recebida em 12 de maio de 1858 (Ferraz, Op. cit. p 21), foi distribuída pelas *Câmaras de Vereadores de Rio Pardo, de Caçapava, de Cachoeira e pelo Barão de Jacuí*. A repartição abrangeu apenas localidades mais próximas em virtude de terem chegado já no fim da estação própria.

Amparados na lei citada que premiava com dois contos de réis os que colhessem cem alqueires de trigo, os plantadores Manoel Fialho de Vargas, Maurício Antônio Fernandes, ambos de Porto Alegre, Moisés Pereira Soares e Laurindo Teixeira Brasil, de Bagé, candidatam-se à recompensa. O *Presidente Ferraz* mandou proceder verificação das colheitas. Confirmadas as declarações, foi solicitado, a cada produtor um relato dos meios empregados e qualidades do obtido a fim de comunicar ao Governo Imperial. Não se conseguiu apurar se os requerentes tiveram a pretensão atendida, o parágrafo 14 da lei 939 só seria regulamentado pelo Decreto 2573 de 14 de abril de 1860, assinado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, João de Almeida Pereira Filho. Esse dispositivo legal exigia que o candidato fosse de profissão agricultor, possuísse terras próprias ou garantidas por título legítimo, em território nacional atestado pela Câmara Municipal e pela Polícia do local de produção. A solicitação do prêmio era feita ao Governo através do Presidente da Província

que deveria ajuizar o pretendido amparado em diligências e informações necessárias. Vir acompanhado de atestado da Câmara Municipal obtido por comissão cujos membros seriam por ela escolhidos, podendo fazer parte vereadores. A Comissão seria composta logo que o benefício fosse solicitado. Deveria examinar todo o processo de plantio, colheita e qualidade do trigo colhido, assessorada por peritos. Pediam-se, também, informações sobre a qualidade do solo com detalhes quanto a variação do rendimento na área cultivada, preços de comercialização e quaisquer elementos favoráveis conseguidos. Com isso, o Governo pretendia incentivar informações que possibilitassem sucesso a outros produtores. Nenhum premiado poderia receber a recompensa mais de uma vez.

O relatório de 1862, registra solicitações daquela vantagem feitas por agricultores dos municípios de Pelotas, Caçapava, Piratini e Bagé. Nove deles foram premiados e mais não o foram por ter estourado a verba. Chama a atenção e confirma-se, mais uma vez, o que se tem dito: a triticultura não tendo a importância atribuída pela tradição, não foi abandonada na porção sul da província.

Na presidência de Ferraz, (1858) o governo provincial recebeu proposta de Eduardo von Boroswki, de Santa Cruz, para fornecimento, durante três anos, de 60 a 80 alqueires de sementes de trigo egípcio, a razão de 8\$000 o alqueire, frete e embalagem incluídos. Seriam as ditas sementes as mais apropriadas para distribuição entre os plantadores, afirmava, o vendedor por experiência própria. A proposta não vingou, apesar da asseveração, por carecer de informações sobre a bondade das sementes.

Von Borowski, foi incentivador de novos cultivos. Compareceu à Exposição Nacional de 1861, selecionadora dos exibidores brasileiros à exposição de Londres, (1862) onde foi premiado com medalha de prata. Entre as diversas amostras por ele apresentadas constavam trigo e farinha. (Paulo Xavier, 1973)

Grafado Burowch, e também de Santa Cruz, o que leva crer seja o mesmo senhor Boroswki, em 1863, propôs ao Presidente Barros Pimentel, a compra de sementes de trigo espanhol *Xerez de la Frontera*. Repetiu a justificativa anterior. Somente o preço alterou-se para 9\$000 o saco. A proposta foi encaminhada ao Legislativo.

O Presidente Joaquim Antônio Fernandes Leão (1859/1861) não destoou do comportamento usual em relação à triticultura. Os seus relatórios contêm a opinião e as providências tomadas em relação a cultura. Recebeu as trinta barricas de sementes de espelta encomendadas por antecessor. Júlio Knorr foi o importador através de Martin Valentin e a Alemanha a fornecedora. O custo total atingiu a 534\$000. (Relatório 1859, p. 81).

As sementes foram postas a venda a 5\$000 o alqueire posto em Porto Alegre. Em virtude da procura reduzida por ter chegado fora da época do plantio (não há informação sobre o mês do recebimento).

Na Capital tinham sido comprados apenas 11 alqueires. O governo remeteu para venda: 4 barricas para Rio Grande, duas a São José do Norte, quatro para Rio Pardo tendo como destino Santa Cruz e oito destinaram-se a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* com sede no Rio de Janeiro. O envio de sementes a Rio Grande e a São José do Norte parece confirmar a teimosia gaúcha em cultivar trigo nas primeiras áreas de ocupação. Por que? é uma incógnita.

Fernandes Leão atribuiu a algumas pessoas o abandono da cultura em virtude da falta de maquinaria destinada a moagem e propugnou pela inclusão de verba destinada a introdução das mesmas. Iludiu-se, porém quando escreveu aos deputados: *O trigo, como sabeis, promete ser o produto mais importante da lavoura desta província(...)* (Relatório 1859, p. 81).

Dando conta da pouca procura do espelta proveniente da Alemanha e para que não se perdesse totalmente, o Presidente mandou distribuí-lo pelas câmaras e colônias (Relatório 1860, p.57/58). Registrou o envio, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria, de sementes de trigo *Príncipe Alberto*, variedade inglesa e *Gigante*, italiana, que não vingaram, talvez por vir mal acondicionado (...).

O Governador. Barros Pimentel, em 1863, salientava, em seu documento maior enviado ao Legislativo, que os lavradores, além dos gêneros que produziam até então, *hoje se ocupam na plantação de trigo* acrescentando o informe com a decantada importância da exportação de trigo no passado. Deu conhecimento ainda sobre o recebimento de sementes de trigo *Nurvey* (sic; provavelmente Nursery, (cultivar de origem inglesa,), *Golden-Drop*, (cultivar australiano,) *Rouch-Choff* (não foi localizado nenhum cultivar com esta denominação, a de maior semelhança é do cultivar *Redchaff*) e *Chidhan* (cultivar da Grã Bretanha) enviadas pelo Governo Central para distribuição aos agricultores (p. 60). Estes ainda tinham a disposição, pelo custo, moinhos mandados buscar nos Estados Unidos por Fernandes Leão.

Dessa época data a tabela de número 7. Das 13 localidades produtoras, oito aparecem na anterior. Entre as localidades comuns, duas praticamente conservam a mesma produção, Santana do Livramento e Rio Grande e Santo Antônio da Patrulha; Encruzilhada, Canguçu, Taquari Conceição do Arroio (Osório) sofreram apreciável redução. As diferenças de nominatas nas relações, antes de serem atribuídas a inexistência de produção devem ser imputadas, com mais acerto, a não remessa de dados por parte dos municípios ausentes.

Tabela n.º 7
Província do Rio Grande do Sul
Produção de Trigo 1862/63

LOCALIDADE	QUANTIDADE Alq.	QUANTIDADE Kg
Sto. Antônio	11 008	297 216
Encruzilhada	6 606	178 362
Canguçu	6 521	176 067
SantanaLivramento	6 100	164 700
Jaguarão	6 000	162 000
Rio Grande	5 824	157 248
S. José do Norte	1500	40 500
S. Jerônimo	1115	30 105
Cachoeira	850	22 950
Passo Fundo	500	13 500
Taquari	272	7 344
Santa Maria	222	5 994
Conceição Arroio	100	2 700
TOTAL	46 612	1 258 686

Organizada com elementos extraídos de Gomes do Carmo, p. 26.

P.ª conversão ao Sistema Métrico Decimal, considerou-se o alqueire = 27 quilogramas.

O relatório seguinte, (1864) diz terem sido plantadas sementes de *trigo sarraceno* enviadas pela secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura. Os resultados teriam sido satisfatórios por ser este *grão de fácil aclimação, como provaram as primeiras experiências*. Às Câmaras dos municípios recebedores foram as distribuidoras, como de hábito. A colheita do ano anterior foi mais abundante do que a precedente. Não individualizando os proveitos obtidos pelas sementes citadas anteriormente, a participação não esclareceu praticamente nada. Vaticinou à Província, em *futuro não muito remoto*, o destaque tritícola do passado. Atribuiu como maior dificuldade ao crescimento da triticultura a inexistência de máquinas produtoras de uma boa farinha que possa concorrer com a importada. Era uma opinião. Corresponderia a uma realidade?

Agricultores, em número de 39 (o relatório não os localizou) pleitearam a vantagem prescrita pela já citada lei de 1857 mas nem todos haviam preenchido as imposições legais do decreto N.º 2 573 de abril de 1860, para a concessão do prêmio. Não há informações sobre, as exigências não cumpridas, porque os deputados conheciam o referido dispositivo legal. Em discurso pronunciado no Legislativo Provincial, o deputado Manoel Lourenço do Nascimento, (sessão de 9 de novembro de 1866) referiu-se às tentativas de fraude com suspensões de pagamentos atingindo inclusive merecedores da recompensa.

A má-fé consistia no fato de vários lavradores juntarem as respectivas produções perfazendo a quota necessária à premiação. O trigo-papel da segunda metade do século seguinte teve predecessores. O resultado da desonestidade, conforme o orador, prejudicou um agricultor de Pelotas, Manoel Barbosa de Menezes. Havia colhido mais de cem alqueires constatados, devido exigência do governo, por uma comissão nomeada pelo subdelegado e pela Câmara de Municipal. Comprovada a veracidade do volume produzido, nem assim o agricultor pelotense levou o merecido. A Presidência da Província mandou ouvir o Juiz de Direito que confirmou o parecer da Comissão. Novo requerimento do agricultor aos governo da Província e ao Imperador dormitavam em algumas repartições tirando a esperança do contemplado.

A falta de cumprimento das normas legais não seria uma forma gentil da burocracia impedir a fraude de alguns dos requerentes?

A escassez de estatísticas dificulta uma apreciação quantitativa do decênio.

Tabela n.º 8
Rio Grande do Sul Produção de Trigo- Alqueires

LOCALIDADE	ANOS									
	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866
Estrela		53		47						
Lajeado**		00		00			72			
M. Casseros						6				
N. Petrópolis						15	20	6	00	
St Cruz			c. 30		0	400		5		
STª Maria		40								
Soledade	922	100	30	287		20				
Stº Ângelo		c. 8	c.213/4		1	659	0	97	73	
S.Lourenço			9	155	10					0

*Tabela organizada pelo autor. Fonte Relatórios dos Presidentes da Província

A tabela n.º 8 organizada com elementos buscados em vários relatórios serve apenas para localizar a triticultura em alguns dos municípios coloniais.

Com eles, não se pode dizer se as lacuna apresentadas são devidas à desistências de plantio, pragas ou a falta de coleta de dados em certos espaços de tempo. De toda maneira, com exceção de 1858, ano que pode melhorar a informação da tabela anterior, os números mostram a fraqueza de colheitas locais.

O crescimento da produção revelado pelo trigo em Nova Petrópolis (27 vezes entre 1862 e 1865) deve ter despertado um entusiasmo descomunal. Participa o relatório de 1867 serem ali desconhecidas a ferrugem e outras pragas do trigo; a produção extraordinária, candidatou-a a celeiro da província. As linhas Olinda e Imperial foram os destaques. Nova Petrópolis teria brilhado nas exposições, provincial de 1866 e na Universal de Paris onde compareceu com trigo de todas as qualidades e conquistou prêmios e menções. Infelizmente para o Rio Grande, Nova Petrópolis não correspondeu, no tempo, à pretensão das autoridades. Dez anos depois (1875) uma estatística dessa Colônia, constante do Catálogo da Exposição da Província, o trigo, entre nove produtos comestíveis, era o sétimo, mesmo com aumento expressivo em relação ao início do decênio, 9000 alqueires.

Uma informação a destacar sobre o trigo rio-grandense, na sétima década do século passado, é dada por Xavier (Suplemento Rural, 1977) no artigo sobre a IIª Exposição Nacional. Entre os participantes sobressaem-se pela exibição de *cereais*, o já citado Borowski contemplado com medalha de prata e premiados com menção honrosa, respectivamente: Carlos Bus, Frederico Gustavo Bartolomei e Leonídio Antero da Silveira. É de presumir que entre esses *cereais* se encontrasse o trigo. Expondo especificamente trigo, os seguintes expositores receberam menção honrosa: Augusto Becker e João Catrein com cultivares não identificadas; com trigo do *Baixo-Danúbio*: Pedro Neutzling, V. Bauer, Barão von Kahlden (de Agudo?), e finalmente Luiz Schroeder.

Não há especificação do(s) país(es) de procedência do(s) trigo(s) do *Baixo Danúbio* e nem individualização de cultivares. A expressão *Baixo-Danúbio* deveria indicar, provavelmente área banhada pelo curso inferior daquele rio europeu donde proviriam as referidas sementes. Deveriam, esses trigos, provir da Hungria, dona de terras negras não menos fecundas do que o chernosen, segundo Reclus, (1878). Lá, principalmente, no Banat danubiano (posteriormente a 1ª Guerra Mundial, dividido entre Yugoslávia e Romênia) os compradores europeus localizavam o melhor trigo do mundo e por ele pagavam mais. Já Ganeval & Groffier (1895) chamam a atenção sobre o baixo rendimento obtido pelos agricultores húngaros. Enquanto o trigo francês rendia entre 22 e 38 hectolitros, o do Banat alcançava apenas 13 hectolitros. Os autores não dizem a unidade agrária desse rendimento, o que não invalida o informe.

O presidente Costa Pinto (1868-1869) ao término de seu período, anexou à informação de praxe à Assembléia, o relatório do agente intérprete Von Koseritz onde se verifica que

A nossa província (...) rica de todos os dotes de Ceres e Pomona (...) os cereais da Europa como o trigo, o centeio a cevada a aveia dão com extraordinário viço e grande vantagem. As colônias alemãs produzem anualmente centenas de milhares de alqueires de trigo e centeio e em todas as colônias é a grande quantidade de pão para o consumo feito de cereais plantados nas mesmas colônias que além disso exportam grandes quantidades.

O culto Von Koseritz ainda acrescentou com exagerado entusiasmo

que nas linhas coloniais colocadas no alto da cordilheira (sic) (...) os cereais da Europa, como o trigo, o centeio, a cevada, a aveia que dão com extraordinário viço e grande vantagem. (...) produzem anualmente centenas de milhares de alqueires de trigo e centeio em todas as colônias,

O sucessor, João Sertório, (1870) falando sobre a produção colonial (Relatório, p. 49) salientou a prosperidade dos cereais em todas as colônias. Aconselhou a substituição periódica de sementes e a distribuição em períodos regulares, donde pressupor-se a continuação da má entrega das mesmas, como já se fez referência.

Especificamente sobre o trigo, esse Presidente abordou a produção e a importação. Não destoando da opinião generalizada, salientou a facilidade com que medrava por aqui esse grão, acrescentando com muita propriedade, *sentir não ter sido possível uma a cultura cerealífera sair da velha rotina.*

Avaliou a importação da província em três mil contos de réis o que parece um exagero. Em 1869, Nova Petrópolis exportou trigo a 6\$000 o saco. Tomando por base esse preço, o Rio Grande do Sul teria importado 500 000 sacos do grão. Considerando que a população registrada no recenseamento de 1872 foi de 434 800 habitantes, cada gaúcho consumiria, então, mais de um saco por ano.

Nova Petrópolis (1869) exportou pela linha Olinda, 4 sacos a 6\$000 a unidade e Linha Imperial, pelo mesmo preço, remeteu 18 sacos de um total de 182 alqueires colhidos, ultrapassados por Santo Ângelo com 262 alqueires.

No catálogo *Exposição da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1875*, as unidades constantes da tabela n.º 9 aparecem relacionadas como produtoras de trigo.

Tabela n.º 9
Produtores/Expositores – 1875 (')

MUNICÍPIO COLÔNIA.	N.º ORDEM	(**) PRODUTOR	EXPOSITOR	TIPO DE TRIGO
Conde d'Eu	312	Luiz Feijó	Idem	Trigo sem barba
Conde d'Eu	314	Luiz Feijó	Idem	Trigo com barba
Encruzilhada	425		Comissão mun.	Próprio p.ª sopa
Encruzilhada	426		Comissão mun.	Comum
Mont'Alverne	238	Frederic Richter		
Nova Petrópolis	217	Carlos Bratz	Idem	
Nova Petrópolis	223	Antônio J. Castro	Idem	Trigo novo
Passo Fundo	133			
Picada Feliz	320	Vicente Beckrugil	Idem	
Santo Ângelo	263	Barão von Kalden	Idem	

(') Fonte Catálogo da Exposição da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1875
(**) na fonte.

A mesma fonte científica produções de trigo na colônia particular *Rio Pardense*, (Rio Pardo) e a sua não comparência por falta de grãos maduros e na povoação de Germânia da Costa da Serra (atual Candelária) onde a colheita reduzida destina-se ao autoconsumo.

Os informes sobre a Encruzilhada registram a tradição tritícola, os maus efeitos da ferrugem no passado acrescentando: *só a sua grande persistência [do agricultor] se deve haver hoje semente no município para plantio.* A falta de instrumentos para a moagem limitava a produção ao consumo próprio.

O exame da tabela n.º 9 não traz maiores surpresas. A presença da colônia de Conde d'Eu, porém merece esclarecimento. Não se tratava de trigo exposto por imigrantes. O expositor, Luiz Feijó, era proprietário de terras antes de 1870 (Enciclopédia dos Municípios,

1959). Uma dúvida surge com *uma espécie de grão maior* destinada, segundo a fonte, a feitura de sopas. Que trigo seria?

No mesmo ano dessa exposição chegaram os primeiros colonos emigrados da Itália. Com eles abriram-se novas terras ao trigo com as mesmas esperanças das autoridades quanto a uma independência do pão gaúcho e talvez brasileiro, da sujeição alienígena. Os novos colonos eram, também, na origem, plantadores de trigo. Dona Isabel, Conde d'Eu, Caxias e Silveira Martins, a última pouco mais tarde, deveriam, segundo o pretendido, ser as redentoras da triticultura nacional. O entusiasmo por Nova Petrópolis começara a arrefecer. O relatório governamental de 1873, diz, a seu respeito, quando aborda a produção: *algum trigo*. Outro ídolo começava a se erguer.

A realidade dos anos seguintes mostraria que a nova colonização, merecia o bastão. Apesar de não se ter conseguido uma série estatística satisfatória, a tabela seguinte dá uma idéia da situação após o primeiro quinquênio da chegada dos peninsulares.

O total das três colônias em 1885 (tabela 10) atingiu 3 673 980 quilogramas. Comparando-os com a soma da produção de 1858 1 808 217 quilogramas (total da tabela 6) e a registrada em 1862/63, 1 258 524 quilograma (Tabela 7) mostra-se o progresso tritícola provincial e a transferência da principal área de cultura para a Encosta da Serra.

Tabela n.º 10
Produção de trigo na área colonial italiana -1881/1885 (°)
Kg (°)

ANO	COL CAXIAS.	COL. D. ISABEL	COL. CONDE D'EU	COL. S. MARTINS
1881	71 400			1 500
1883		1 444 480	794 500	
1885	1 517 040	1 244 400	912 540	

(°) Fontes diversas

(°) Conversão do autor para o sistema internacional de pesos e medidas.

A comparação, sem dúvida, deixa a desejar, pois não se tem as respectivas áreas plantadas nem os rendimentos por unidade agrária, mas são esses os dados disponíveis e além disso a evolução tritícola posterior confirma o que foi dito.

No ano em que os italianos ultrapassavam a colheita de trigo das regiões até então produtoras, um autor alemão (apud Roche, T.1 p 57) afirmava que *a agricultura é exclusivamente nossa*. Seria uma resposta ao cônsul italiano Perrod? que dois anos antes escrevera em relatório:

De fato as colônias alemãs já com 40 anos de idade permaneceram pobres com relação às nossas, e não souberam tirar proveito do solo a não ser os produtos já conhecidos pelos brasileiros (...) (in Costa, Rovílio et Alli)

O mesmo cônsul, na apreciação, prometia *emancipá-la* [a Província] *da importação de (...) trigo (...)* promessa que a posteridade não verificou.

Complemento indispensável a uma triticultura que almejava significativa produção, seria a existência de um parque moageiro apropriado.

A existência de moinhos, em solo gaúcho, é testemunhada em documentação antiga. Em uma planta da atual cidade do Rio Grande, datada da primeira metade do século XVIII – original pertencente ao Arquivo da Sociedade de Geografia de Lisboa – (Macedo, 1970) o desenho de um moinho marcava o local onde se erguia o engenho, originador de um topônimo *Campo do Moinho de Vento*. Foi ali que se ergueu em 1751, o pelourinho. Ainda em 1850,

anunciava-se a venda de água para embarcações na *Chácara do Moinho de Vento*. Em Porto Alegre, a toponímia urbana conservou até hoje duas lembranças da antiga moagem, Azenha e Moinhos de Vento. O caminho da Azenha, no século XVIII, era o caminho que ligava o núcleo urbano ao negócio de Francisco Antônio da Silveira, o Chico da Azenha, um moinho de roda, movido a água destinado a triturar trigo, desde 1760. Sua clientela abrangia produtores da localidade e da freguesia da Capela Grande (Viamão) (Porto Alegre, A. 1994, p. 10, Franco, 1998, p. 50). Moinhos de vento erguiam-se no cruzamento das atuais ruas Independência e Barros Cassal, no século passado. Pertenciam a Antônio Martins Barbosa. Esses engenhos desapareceram em 1836 em virtude da Revolução Farroupilha (Franco, 1998, p. 276).

No regime imperial, a nova área tritícola desenvolvida pelos alemães criou pequenos estabelecimentos moageiros. Em 1829, o inspetor José Thomaz de Lima informava ao Presidente da Província haver na Colônia de São Leopoldo, *oito moinhos d'água para moenda de trigo*. (R.A.P.R.G.S., n.º 15/16)

A colonização alemã não criou uma indústria de moedura suficiente. Já em 1859, o Presidente da Província alegava à Assembléia Legislativa ser a falta de estabelecimentos moageiros uma das causas do abandono da cultura do trigo, Recomendava a conveniência de se consignar no orçamento, verbas para a compra de maquinaria. Um quinquênio após, a situação não se modificara. Justificava outro Presidente provincial a dificuldade da cultura do trigo pela falta de maquinaria aperfeiçoada. O fato impedia a farinha rio-grandense de concorrer com a importada e, conseqüentemente, não animava os agricultores. Em 1866, foi motivo de discussão no Legislativo, a compra de moinhos.

No catálogo da *Exposição Brasileira-Alemã* realizada em Porto Alegre (1881) constam expositores gaúchos de farinha de trigo. Entretanto, somente Canalli & Cia foi citado explicitamente como moleiro, proprietário do melhor estabelecimento colonial, capacitado a moer 100 sacos de trigo (7 254 litros) em 24 horas. A mesma procedência informa possuir a Colônia 30 moinhos, alguns produzindo excelente farinha. Em vista da quantidade de moendas, não será de se presumir que os expositores de farinha de trigo, acompanhados do termo *produtor*, seriam proprietários de pequenos engenhos? A suposição encontra fundamento ao se examinar o caso do expositor Vaccari Cia. Compareceu à exposição com um saco de amostra de farinha de trigo. Em 1866, Vaccari consta como proprietário de moinho onde trabalhou Aristides Germani, pioneiro da moderna indústria moageira caxiense (Campos Netto, 1978, p. 35). Quem expôs farinha de trigo de três qualidades como José Joss, não seria proprietário de moenda? Corroborando com o presumido, o Catálogo, referindo-se a Passo Fundo, compara a farinha fornecida por Felipe Dreher com a importada, afirma que apesar de não ter a mesma aparência daquela, em qualidade *não lhe é certo inferior*. Nesse caso, é óbvia a existência de estabelecimento moageiro.

A tabela n.º 11 relaciona os que tomaram parte no evento de 1881 como produtores e expositores de farinha de trigo, exceto os já citados.

Tabela n.º 11
Exposição de 1881

EXPOSITORES	LOCALIDADE
Credefíndio Marcelli	Col. Caxias
João Chreck	Lomba Grande
José Alves dos Santos	Montenegro
José Joss	Col. Caxias
Júlio May	Teotônia
Ph. Dreher	Campo do Meio
(')	Bento Gonçalves

2º a fonte, não foi possível identificar os expositores das Colônias D. Isabel e Conde D'Eu por terem perdido os rótulos.

Na década de oitenta, o problema da escassez de estabelecimentos moageiros avultou. Manifestações a respeito e iniciativas de instalações apareceram com certa intensidade. Provavelmente, influenciadas pela maquinaria apresentada na Exposição Brasileira-Alemã.

Em 1883 houve uma iniciativa de estabelecimento de moinho no sul da Província, em Canguçu, segundo informam os anais do Legislativo. Na sessão de 27 de dezembro, foi mandado imprimir um requerimento de Juvêncio da Silva Leivas solicitando garantias de juros sobre 200 contos de réis, privilégio de 15 anos, para ereção de um engenho central de trigo em Morro Redondo, onde pretendia fundar uma colônia.

Dois anos após, o Deputado Villa Nova, em discurso pronunciado na sessão da Assembléia de em 19 de novembro, refere-se a recente instalação de um moinho a vapor por iniciativa dos senhores Freitas Valle e Jacques (?), no Alegrete. Aqueles pecuaristas tinham em mira a expansão da triticultura no município. Havia pretensão semelhante em Arroio Grande. Na sessão seguinte, foi apresentado ao plenário da Assembléia e logo enviado à *Comissão de Comércio e Indústria*, um substitutivo apresentado pelo Deputado Villa Nova, autorizando o Presidente da Província a criar moinhos centrais para moer trigo e descascar arroz nas seguintes localidades: Montenegro, Conde d'Eu, Taquari, Encruzilhada, Canguçu, Caçapava, Alegrete e em outros locais a escolha da administração, num total de dez unidades. O governo ofereceria garantia de 8% de juros sobre o capital, por um tempo não superior a dez anos. Os moinhos não teriam custo superior a 20:000\$000. Os beneficiários gozariam de isenção de direitos municipais e provinciais sobre o material importado, exigido para a criação do estabelecimento. Em contrapartida, comprometiam-se adquirir moinhos *aperfeiçoados*, 200 000 braças de terras, nos respectivos municípios e cultivá-las, inicialmente, com 800 litros de trigo e aumentar anualmente o plantio de modo a atingir, no décimo, vinte mil litros. Deveriam, ainda, fundar uma escola primária de agricultura manter, gratuitamente, cinco alunos em cada ano e difundir as culturas de trigo e arroz através propaganda e no quarto ano, distribuírem sementes.

Os moinhos e terras anexas seriam hipotecados à Província e os contratos aprovados pelo Legislativo.

O moinho proposto por Juvêncio Leivas, pelo visto, deveria enquadrar-se no projeto que previa nominalmente, *caso quisessem*, a inclusão dos proprietários de moinhos do Alegrete e de Conde d'Eu.

Gomes do Carmo registra a fundação de dois pequenos moinhos em 1888. O primeiro, fundado por Ramiro Moreira Brito, em Cacimbinhas, moeu naquele ano 15 000 kg. Em São Sepé, Jorge Echard estabeleceu o seu moinho empregando um capital de dez contos de réis (1911, p.52 e 55 respectivamente).

Apesar da boa vontade do Legislativo, o problema da triticultura não encontrava o seu único óbice na falta de indústria moageira compatível. Esta era uma consequência da lavoura que se utilizava de sementes inadaptadas e cujos produtos sujeitavam-se a um escoamento extremamente precário e custoso. A realidade espelhava uma produção insuficiente à demanda do mercado.

A carência de produção necessária fomentou a importação; a de moinhos, maior opção pela farinha de trigo. O trigo em grão foi pouco importado. O fenômeno não era só rio-grandense, era nacional. No conjunto, farinha e trigo em grão atingiam valor bastante elevado na pauta de importação brasileira. No ano fiscal 1847/1848, o país pagou 3 382:430\$826 pela farinha e somente 11:008\$289 com o grão ou seja 0,32% do total.. Da farinha, ao Rio Grande, o custo atingiu 13,4% do total.

Os fornecedores dos brasileiros não eram muito numerosos. Aos Estados Unidos cabia a parte de leão. No ano fiscal 1847/1848, das 1 665 463 arrobas (24 4463 986 quilogramas), o citado país forneceu 1 490 460 arrobas (21 893 366,940 quilogramas) ou sejam 89,5% do total. O restante dividiu-se entre nove países europeus e dois sul-americanos.

(informações decorrentes da consulta à *Coleção dos Mappas Estatísticos do Commercio e navegação do Imperio do Brasil – 1847/1848*).

Séries estatísticas de importação, à semelhança das de produção, são escassas e não são muito confiáveis. As poucas fontes apresentam dados divergentes.

Os mais antigos dados quantitativos sobre importação gaúcha do período referem-se apenas à farinha e ao trigo provenientes dos Estados Unidos. Constam nos relatórios consulares que detalham as cargas dos navios americanos entrados nos portos de Rio Grande e Porto Alegre. (*Estados Unidos e Rio Grande – Negócios no Século XIX, 1998, pp. 101/137*). Com eles, organizou-se a tabela n.º 12.

Tabela n.º 12
PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL
Importação de Farinha de Trigo dos Estados Unidos

ANO	BARRICAS(¹)	QUILOGRAMAS
1829	3 161(1)	278 591,574
1830	27 863	2 455 677,642
1831	16 540(2)	1 457 736,360
1832	- (3)	-
1833	16 139(4)	1 422 394,626
1834	13 837(5)	1 219 510,158
1835	5 930(6)	522 634,620
1836	5 134(7)	452 479,956
1837	-	-
1838	1 044	92 011,896
1839	900(8)	79 320,600
1840	(9)	
1841	(10)	

1 barrica = 88,134 Kg.

somente 1º sem.; (2) + 3 entradas s/ especificação de peso; (3) 10 entradas idem; (4) + 2 entradas s/especificação de peso; (5) + 7 entradas idem; (6) + 13 entradas idem; (7) somente 1º sem + 1 entrada sem especificação de peso, não registra entrada no 2º sem.; (8) + 9 entradas s/especificação de peso; (9) 10 entradas s/ especificação de peso; (10) somente 1º sem., 6 entradas s/ especificação de peso.

Não há registro de entrada de trigo em grão. Tabela organizada com elementos extraídos de *Estados Unidos e Rio Grande – Negócios no século XIX*.

A quase totalidade da farinha constante nessa tabela foi desembarcada no porto do Rio Grande. Em Porto Alegre, segundo a fonte, os navios americanos, desembarcaram farinha, no segundo semestre de 1835 e no primeiro do ano seguinte. Os elementos expostos não revelam os totais recebidos pelos dois portos. A falta de elementos quantitativos completos como, por exemplo em 1836, onde 13 desembarques não são avaliados, impedem uma idéia, mesmo aproximada, do aportado, que foi bem maior.

Na *Colleção dos Mappas Estatísticos do Comercio e Navegação do Império do Brasil*, ano financeiro 1847/1848 encontrou-se os elementos para a constituição da Tabela n.º 13.

Tabela n.º 13
 Província do Rio Grande do Sul
 Importação de Farinha de Trigo – 1847-1848

PROCEDÊNCIA	DESEMBARQUE	QUANTIDADE	VALOR/RÉIS	QUANTIDADE K
E. Unidos	R.Grande	215 367 bar(*)	430:743\$000	18 981 155,710
E. Unidos	S. José Norte	11 245 @(**)	22:489\$066	165 177,80
Entre-Rios	S. Borja	570 @	1:078\$600	8 372,73
Corrientes	S. Borja	72@	144\$000	1 057,60
TOTAL			454:435\$066	19 153 763,30

Fonte: Collecção de Mappas Estatísticos(...)1847/1848.

Essa tabela mostra a procedência da importação naquele ano, confirma a supremacia norte americana e informa a desigual importância dos portos de desembarque.

Sobre os dados, a fonte esclarece : *segundo os parciais organizados pelas Alfândegas e Mesas de Consulado* e mais nada. Ao se comparar esses dados com os revelados pela fonte americana, mesmo considerando as falhas existentes, nos chamou a atenção a disparidade entre as respectivas quantidades. Não havia justificativa para um aumento tão grande no volume de farinha importado mesmo levando em conta o fim da Revolução Farroupilha. Em vista disso apelou-se para o Relatório da Comissão encarregada da Revisão da Tarifa em Vigor. Nessa fonte, as importações são reveladas em custos e não em quantidades. Havendo o Brasil, em 1847/1848, importado da Bélgica uma arroba de farinha ao custo de 2\$000, pôde-se, considerando esse valor constante para o decênio 1839/1849, constituir a tabela n.º 14.

Comparando o total da tabela n.º 13 com o mesmo ano da seguinte, constata-se um enorme disparidade entre as importações registradas em ambas, porém a última pareceu mais consentânea com a realidade de então. Infelizmente, não se tem estimativa do total de população. Com ele, se poderia obter o consumo aparente per capita e ter melhor avaliação sobre os números das importações.

Tabela n.º 14
 Província do Rio Grande do Sul
 Importação de Farinha de Trigo

ANO	ARROBAS (*0)	VALOR 1\$000	QUILOGRAMAS
1839/40	32 500	65:000\$	477 392,500
1840/41	80 500	161:000\$	1182 464,500
1841/42	96 100	192:200\$	1411 612,900
1842/43	65 350	130:700\$	959 926,150
1843/44	113 200	226:400\$	1 662 794,800
1844/45	122 500	245 000\$	1 799 402,500
1845/46	174 246	384:512\$	2 559 646,380
1846/47	164 596	329:192\$	3 417 750,638
1847/48	298 900	597: 801\$	4 381 736,044
1848/49	205 414	410: 828\$	3 017 328,240

(*)Calculadas considerando o valor de cada @ =2\$000. A fonte forneceu o valor total. Tabela organizada com elementos extraídos do Relatório da Comissão Encarregada da Revisão das Tarifas em Vigor referentes aos portos de Rio Grande, São José do Norte, P.Alegre e S. Borja.

Procurando-se o a causa da desigualdade das quantidades expostas, e considerando que somente a correspondente à importação por Rio Grande, em 1847/1848, (Tabela n.º 13 em negrito) era expressa em barricas e não em arrobas, como a dos outros portos, pensou-se considerá-la como arrobas. Nessa consideração, a medida, somada as provenientes dos outros portos provinciais, totalizou 227 254 arrobas, peso inferior ao expresso na tabela n.º 14 em 71 646 arrobas.

A quantificação dos pesos expressos pela tabela n.º 14, como foi explicado, foram computados sobre os valores totais declarados quando da importação da farinha. Sobre eles, as autoridades alfandegárias calculavam os impostos. É preciso, porém, não esquecer a existência de sonegação e a possibilidade dos mesmos terem sido subestimados

O valor adotado pela arroba de farinha de trigo é consentâneo com a realidade. Testaram-se pesos e valores totais de importações de várias procedências, obtidos em outra fonte. As variações foram pequenas, entre 1\$998 e pouco acima de 2\$000.

A tabela n.º 14 mostra que a importação de farinha esteve em crescimento durante a Revolução Farroupilha. Os dados não discriminam os portos de importação mas é óbvio que o produto não seria consumido apenas na área de influência do porto do Rio Grande. Com a paz, a importação dobrou.

As importações posteriores apresentam carência de dados. São de diversas fontes os elementos constantes na tabela 15 e, infelizmente, apresentam lacunas.

Tabela n.º 15
Porto Alegre
Importação de Farinha de Trigo

ANO	BARRICA* (A)	SACOS** (B)	KG. (A+B)
1868	10 780,5	8 841	1 339 133
1873	16 823	7 603	1 817 210
1874	20 998	37 773	3 512 650
1876	21 483	34 401	3 407 027
1880	19 201	40 454	3 472 237
1885	23 347	48 851	4 207 108

* Barrica = 88,134kg. **Saco = 44kg

A tabela n.º 14 mostra uma discrepância muito grande entre os dois primeiros dados e os restantes. Poder-se-ia dizer, tendo-a como base, que nos últimos trinta e cinco anos teria havido uma estabilização nas importações de farinha, mas a confiabilidade dos seus componentes torna a afirmativa arriscada.

As estatísticas transcritas no trabalho servem mais para dar a ordem de grandeza dos fenômenos que representam. O fenômeno não abrangeu apenas a produção e o consumo de trigo e derivados, compreendeu, também, outros os setores. As faltas e as imprecisões numéricas constituíram uma das deficiências com que contaram os antigos presidentes provinciais no desempenho das suas tarefas. Entre eles houve aqueles que salientaram a carência de documentação estatística como Joaquim Antão Fernandes Leão no relatório de 1859: *Na deficiência de dados estatísticos, não vos [Deputados] posso dar conta minuciosa do desenvolvimento desse ramo da riqueza pública [agricultura] nesta província. O mal transcendia do âmbito provincial.* O relatório da Comissão da Revisão da Tarifa (1853), no segundo parágrafo da primeira página, registra a falta de dados estatísticos e de informações precisas no âmbito imperial.

O conteúdo desenvolvido responde de sobejo à questão posta inicialmente. No Rio Grande do Sul, a tricultura iniciada com as sementes enviadas pela Câmara de Curitiba em 1738 (Copstein, op. cit, p.36) varou o regime imperial sem interrupção. Conservou-se, no

litoral, impróprio para plantio, e no sul da Província, áreas iniciais da cultura. Estendeu-se, posteriormente, pelas terras coloniais, alemã e italiana. Os resultados alcançados, particularmente, nas regiões coloniais, não foram os esperados. Vários fatores se fizeram sentir, uns abrangendo a agricultura em geral outros atingindo particularmente a triticultura. Na pequena propriedade, imperou, por certo tempo, o desconhecimento das condições naturais. Provenientes de áreas de clima e solo diferentes, os que eram cultivadores, ignoravam essa diversidade. Sua experiência era de uma agricultura rotineira na terra de origem, a qual foi incorporada a queimada indígena. Os considerados bons resultados iniciais iam minguando no decorrer do tempo e a produção obtida era compatível com a técnica usada. Os encômios recebidos das autoridades expressavam o resultado de uma comparação impropriedade – a lavoura da área de criatório. Não se pretende desmerecer o esforço da gente colonial, os seus conhecimentos não lhes permitia comportamento diferente. Não havia condições para explorar a madeira. Sem o fogo, a agricultura teria sido muito mais difícil do que foi. Sem um sistema de escoamento eficiente e barato não havia porque explorar o arvoredo ou aumentar a produção.

Reduzir ou eliminar os inconvenientes apontados sucintamente, competia às autoridades. Essas, centrais ou provinciais não deixaram de tomar medidas que se postas em prática de maneira eficiente, teriam trazido resultados compensadores. Uma das iniciativas de relativo sucesso foi o incentivo à imigração de agricultores. Nas instruções aos presidentes provinciais baixadas por Feijó, em dezembro de 1835, o Regente preconizava a vinda de colonos (...) de países de agricultura adiantada (Calógeras, v. III p.337). Ocorria, porém, que as ditas áreas européias eram as que se haviam industrializado e portanto absorvido a mão-de-obra excedente do campo. Os camponeses das que forneciam imigrantes não conheciam a agricultura moderna.

O Vice-presidente Correa da Câmara ratifica o afirmado no Relatório de 1861 (p. 48) quando diz:

Era de crer que a emigração européia trouxesse consigo os sistemas aperfeiçoados de cultura que conseguem no velho mundo (...), mas assim não foi : os contratos celebrados (...) não atraíram ao Brasil homens adestrados nessa espécie de trabalho.

No caso específico do trigo, várias medidas foram tomadas como a importação de sementes, prêmios em dinheiro à lavouras bem sucedidas como anteriormente aludido. Borges do Carmo (op. cit. p. 129) afirma que a partir de 1867 arrefeceu o interesse ministerial pelo trigo. Seria retomado pelo Conselheiro Afonso Pena em 1883 ao mandar publicar e distribuir instruções sobre a cultura do trigo. O conteúdo não era satisfatório e poderia ser responsável por insucessos ocorridos, (Borges do Carmo). Àquelas instruções foram substituídas por outras quando o Conselheiro Antônio Prado esteve à testa dos negócios agrícolas.

Especificamente, a lavoura tritícola não contava com sementes apropriadas às condições ambientais rio-grandenses. As importações de várias procedências pareciam querer resolver o assunto através do ensaio e erro o que não se mostrou uma técnica eficiente. Havia consciência de que não era assim que se resolveria esse problema e os da agricultura em geral e sim através da pesquisa e do ensino.

Corrêa da Câmara no seu relatório (p.48) cita a criação do Instituto de Agricultura Rio-grandense, em 8 de agosto de 1861, graças aos seus esforços junto ao Poder Central. Esperava a nomeação dos membros dos Conselho Diretor e Fiscal a quem competia a feitura dos estatutos, pelo decreto criador. Pretendia-se com esse instituto, a semelhança de outros já existentes em algumas províncias, estabelecer o ensino prático de aparelhos e aperfeiçoados sistemas de cultura modernos. Quatro anos depois, o Presidente Barros Pimentel lamentava não estivesse o Instituto em funcionamento e nem mesmo organizado. Ao que parece, nunca o foi, pois, em 1870, o Presidente Miranda e Castro (p. 48) falando sobre trigo, pregou a

instituição de uma sociedade agrônômica a semelhança das existentes nos Estados Unidos, *que se esforçasse em derramar noções úteis sobre agricultura e de cuja competência fosse a mencionada renovação de sementes.*

Boas soluções, não faltavam. Pô-las em prática esbarravam na falta de recursos – crônica na vida brasileira desde tempos recuados - na ineficiência dos serviços públicos assistenciais. Idéias arraigadas como as superioridades climática e edáfica do Rio Grande comparativamente a outros países dificultavam a compreensão de problemas agrícolas.

A descontinuidade administrativa nos âmbitos central e provincial também deveriam cooperar para as dificuldades. O Rio Grande, entre 1846, término do governo do Barão de Caxias e 15 de novembro de 1889, teve, entre interinos e efetivos, 72 presidentes.

A tricultura brasileira e em particular a gaúcha só iria ter um desenvolvimento compatível com as peculiaridades nacionais, quando, no século XX, a ciência e a tecnologia reuniram uma plêiade de homens competentes para resolver os problemas que se antepunham ao sucesso do cultivador. Uma nova tricultura surgiu na paisagem rio-grandense com os entendimentos do céu, da terra e do homem.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Florêncio - *Aspectos do desenvolvimento econômico e financeiro do Rio Grande do Sul.* In Comemorações em honra do Centenário da Independência do Brasil 1922. Porto Alegre, Of. Graphics d' A Federação, 1923

AVE-LALLEMANT, Roberto - *Viagem pelo Sul do Brasil [Reise Durch Süd Brasilien]* Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1953.

AZEVEDO, AZEVEDO Thales de - *Italianos e Gaúchos.* Porto Alegre, A Nação/IEL, 1975.

BAGUET, A - *Viagem ao Rio Grande do Sul.* Santa Cruz do Sul.; UNIDISC; Florianópolis, Paraula, 1997;

BERTASO, HENRIQUE & LIMA, Mário A. (org.) *Álbum comemorativo ao 75º aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, Pub. Revista do Globo S.A. 1950.

CALMON, Pedro - *Brasil e América.* Rio de Janeiro, Liv. José Olímpio, 1944.

CALÓGERAS, J. Pandiá - *A Política Exterior do Império.* (Ed. fac-similár). Brasília, Senado Federal, 1989.

CAMPOS NETTO, *O Cavaliere Aristides Germani.* Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1878.

Colecção das Leis e Resoluções Provinciais de São Pedro do Rio Grande do Sul - 3º vol. 2ª sessão da 2ª Legislatura - [ver o ano que na anotação está errado] Porto Alegre, Typ. De F. Pomatte, 1850.

COPSTEIN, Raphael - *Pelas Águas do Rio Grande.* Porto Alegre, Magister, 1993

_____ *O trigo no Continente de São Pedro.* In Revista do IHGRS N° 132. Porto Alegre, Corag, 1998.

COSTA, Rovílio et Alli - *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu.* Porto Alegre, Escola Superior de Teologia, 1992.

_____ - *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu.* Porto Alegre, Escola Superior de Teologia, 1992.

FAUCHER, Daniel - *Geografia Agrária.* Barcelona, Omega, 1953.

FRANCO, Sérgio da Costa - *Porto Alegre : Guia Histórico.* Porto Alegre, Editora da Universidade, 1988.

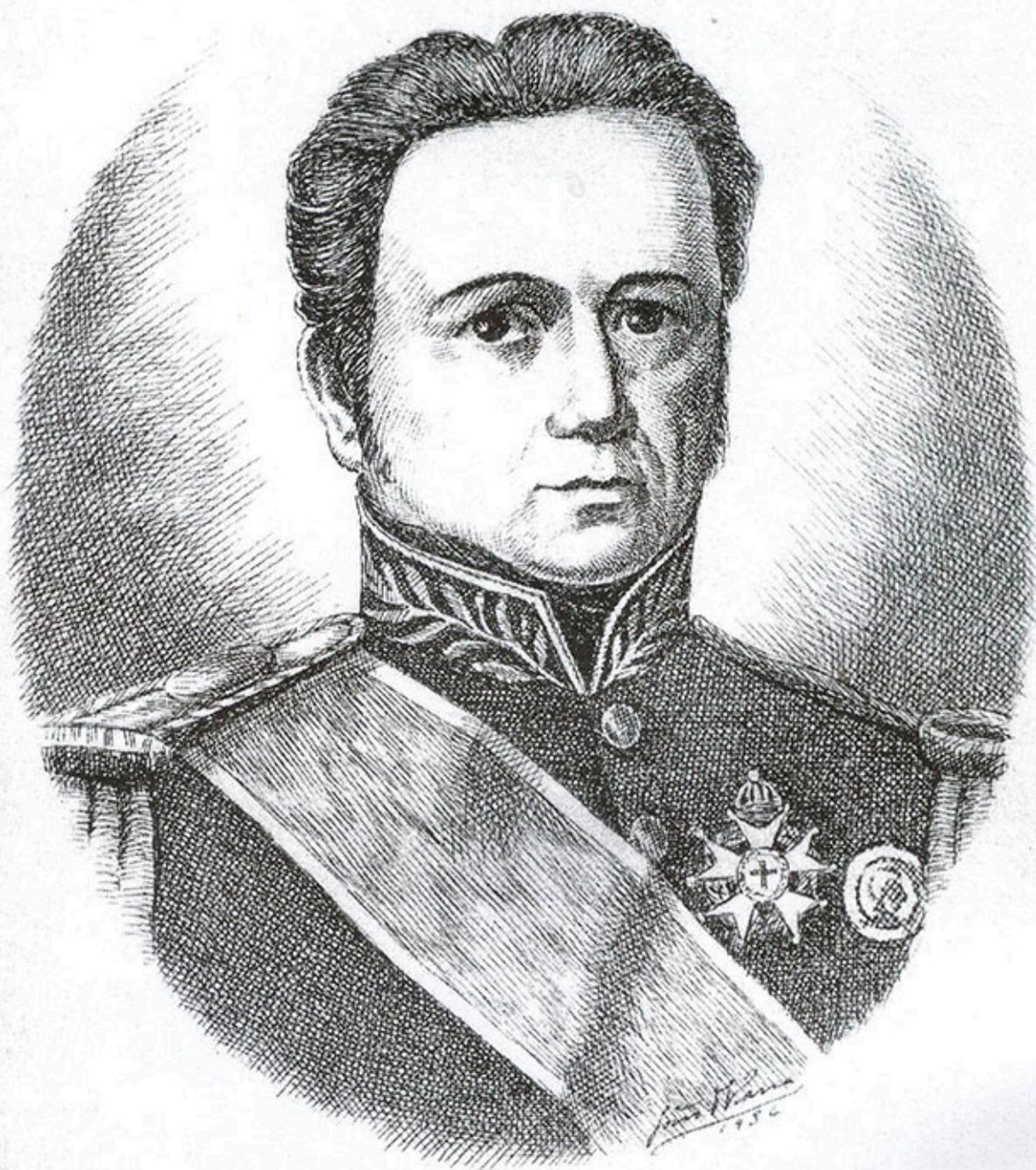
_____ (org.) - *Despachos dos Cônsules dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul: 1829/1841,* Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do RS: Instituto Histórico e Geográfico do Estado do RS, 1998.

- GANEVAL, M.J.A & GROFFIER, V.P. – *Dictionnaire de Géographie Commerciale*. Lyon, Lib. Emmanuel Vitte, 1895.
- HILLEBRAND, João Daniel - *Relatório apresentado ao governo da Província pelo Dr. João Daniel Hillebrand ex-diretor das Colônias*, 1854. In Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Of. Graph. Escola de Engenharia, set/dez, 1924.
- I.B.G.E – *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. XXXIII vol. Rio de Janeiro, 1959
- I. _____ – SERVIÇO NACIONAL DE RECENTEAMENTO - *Estado do Rio Grande do Sul*, Vol. XXVIII, Tomo I. Rio de Janeiro, 1955.
- LORENZONI, Júlio - *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre, Liv. Sulina Ed., 1975
- MACEDO, F. Riopardense – *Nascimento da Vila*. in *Correio do Povo* – Caderno de Sábado, 7/11/1970. Porto Alegre, Emp. Jornalística Caldas Júnior, 1970.
- PORTO ALEGRE; Achylles – *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre, Sec. Municipal de Cultura, 1994.
- RAMBO, Balduino S.J - *A zona da colonização italiana - estudo geográfico*. In Album comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Publ. da Revista do Globo, 1950.
- _____. - *A imigração alemã*. In *Enciclopédia Rio-grandense*, vol. 1. Ed. Regional Ltda. Canoas 1956.
- RECLUS, Elisée – *Nouvelle Géographie Universelle*. Vol. III L'Europe Centrale. Paris, lib. Hachette, 1878.
- ROCHE, Jean – *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1969
- _____. - *L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 a 1847*. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da URS, 1961
- S/A – *Catálogo da Exposição Brasileira-Allema em Porto Alegre – 1881*. Porto Alegre, Typ. Deutsche Zeitung, 1881.
- S/A – *Colecção dos Mappas Estatísticos do Commercio Oe Navegação do Império do Brasil, com Suas Provincias e paizes estrangeiros – 1847-1848*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1854.
- S/A - *Hundert Jahre Deuschtum in Rio Grande do Sul - 1824/1924*. Porto Alegre, Tip. Do Centro, 1924.
- S/A – *Relatório da Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa em Vigor*. Rio de Janeiro, Typ. Dous de Dezembro, 1853.
- S/A *Catálogo da Exposição da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. em 1875*. S/data, s/ editor.
- S/A – *Catálogo da Exposição da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1875*, s/local, s/e.
- SANTOS, Domingos Francisco dos - *Cultura do trigo*. Rio de Janeiro, s/e, 1894.
- SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA - *Legislação agrícola do Brasil*. Volume I, 1º período – Império. 1ª parte, Agricultura. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910
- VARELA, Alfredo - *Rio Grande do Sul*. Pelotas, Echenique & Irmãos, 1897
- WAIBEL, Leo - *Capítulos de Geografia Tropical do Brasil*. Rio de Janeiro, I.B.G.E./C.N.G., 1958.
- XAVIER, Paulo J. – *Rio Grande na Iª Exposição Nacional*. In *Correio do Povo*, Suplemento Rural, 8/6/1973. Porto Alegre, Cia. Jornalística Caldas Júnior, 1973.
- _____. - *Rio Grande na II Exposição Nacional*. Idem Idem., 10/12/ 1976. Cia Jornalística Caldas Junior, 1976.

RELATÓRIOS e ANAIS

Relatórios apresentados à Assembléia Provincial pelos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Diversos Anos.

Anais da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Diversos Anos.



Barão de Caçapava